

# O Financiamento da Educação Superior Português: Evolução do apoio estudantil e empréstimos estudantis

*Portuguese Higher Education Financing:  
Evolution of student support and student loans  
Financiación de la Educación Superior Portuguesa:  
Evolución de las ayudas y préstamos estudiantiles*

BELMIRO GIL CABRITO<sup>1</sup>

LUÍSA CERDEIRA<sup>2</sup>

PEDRO RIBEIRO MUCHARREIRA<sup>3</sup>

**Resumo:** Daremos conta neste artigo da evolução do financiamento da Educação Superior pública em Portugal, mostrando a diminuição da participação do Estado no orçamento das instituições públicas de ensino superior-IES que têm de recorrer a fontes externas (estudantes e mercado), evidenciando o desenvolvimento da política de *cost sharing* no país. Recorreremos à informação oficial disponível sobre o papel do Estado, do estudante e das IES nesse financiamento e sobre o número de bolsistas, o valor da bolsa, a despesa pública indireta com os estudantes e os empréstimos estudantis, para o período 2007-2022.

**Palavras-chave:** Ensino superior; privatização; apoio social.

**Abstract:** *In this article, we will report on the evolution of financing for public Higher Education in Portugal, showing the decrease of the State participation in public higher education institutions (HEIs) that have to resort to external sources (students and market), highlighting the development of cost sharing policy in the country. We used available official information related to the role of the State, of students and of the HEIs in this funding and the number of scholarship holders, the value of scholarships and the indirect public expens on students and student loans, for the period 2007-2022.*

**Keywords:** *Higher education; privatization; social support.*

1 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0420-5639> . Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação (UIDEF), Lisboa, Portugal.

2 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2217-7822> . Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação (UIDEF), Lisboa, Portugal.

3 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0059-0576> . Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação (UIDEF), Lisboa, Portugal.

**Resumen:** *En este artículo se muestra la evolución de la financiación de la Educación Superior en Portugal, mostrando la reducción del papel del Estado en el presupuesto de las instituciones públicas de educación superior – IES que hay que recurrir a fuentes externas (estudiantes y mercado) destacando el uso de la política de cost sharing en el país. Se utilizó información oficial disponible sobre el papel del Estado, el estudiante y las IES en este financiamiento y sobre el número de becarios, valor de la beca, gasto público indirecto en estudiantes y préstamos estudiantiles, para el período 2007-2022.*

**Palabras clave:** *Educación Superior; privatización; apoyo social.*

## INTRODUÇÃO

Passaram-se exatamente 50 anos sobre a Revolução Democrática do 25 de Abril, em Portugal. Nesse dia, o Estado-Novo, designação dada ao regime parafascista que governou Portugal de 1926 a 1974, capitulou face a um golpe militar apoiado desde o início pela população e que rapidamente se transformou num processo revolucionário que viria a normalizar-se a partir de 25 de novembro de 1975. Após essa data, a Revolução dos Cravos, uma revolução sem derrame de sangue, foi perdendo fulgor, acompanhando pequenas alterações no regime político que culminaram, nesta Primavera de 2024, com um peso significativo de um partido de extrema-direita na Assembleia da República, com 50 deputados, num total de 230.

É difícil, neste momento, saber como vai evoluir a democracia portuguesa e perspetivar o que podemos esperar de um Estado Social que nunca se consolidou e que tem sido objeto de ataques e tensões nos últimos anos. Todavia, e no que respeita à Educação, é possível fazer um balanço dos últimos 50 anos e, particularmente de nível superior, analisar a sua evolução e perceber em que medida todo o processo de expansão e de democratização da educação foi apoiado por medidas públicas de apoio aos estudantes financeiramente mais carenciados, que, de outro modo, não teriam suportado o esforço financeiro necessário para frequentar uma instituição de ensino superior (Cerdeira; Cabrito; Mucharreira, 2021).

Neste artigo, mostramos de forma breve como cresceu a procura de educação e como evoluiu o financiamento do ensino superior, nomeadamente a participação dos diferentes atores: Estado, instituições de ensino superior e estudantes/famílias.

## EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Uma das respostas mais significativas da população portuguesa ao restabelecimento da democracia no país foi o movimento explosivo e sustentado de procura de educação, configurando a consciencialização de que mais educação poderia ser sinónimo de melhores empregos e melhores salários e, concomitantemente, de melhor estatuto e ascensão social (Bourdieu; Passeron, 1964, 1970; Bourdieu,

1979), dinâmica que permanece ainda que se tenha vindo a desenvolver e verificar, nos últimos anos, uma certa crise da transmissão vertical da cultura e a importância progressiva da pressão do grupo sobre os seus membros (Pasquier, 2005).

A essa procura não terá sido estranho, também, o próprio interesse do mercado com a presunção de que mais educação equivale a capital humano mais competente e capacitado para responder às contínuas exigências do mercado (Becker, 1964; Schultz, 1961).

Numa espécie de “jogo” em que todos ganham, os portugueses procuraram e ganharam mais qualificações, a base social de recrutamento da população estudantil alargou-se e o mercado ganhou mão de obra mais qualificada acompanhando uma dinâmica de acumulação de capital assente na relação educação/trabalho (Souza, 2006).

Para esta dinâmica, devem destacar-se, desde logo, duas datas e processos decisivos que vieram dinamizar a educação básica e secundária cujos efetivos possibilitaram a explosão da educação superior: em 1986, foi estabelecida a escolaridade obrigatória de 9 anos (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro/Lei de Bases do Sistema Educativo); em 2009, o período da escolaridade obrigatória alargou-se até aos 18 anos (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto). Decorrente destas duas decisões, o número de jovens envolvidos na educação básica e secundária aumentou de forma brutal, originando um enorme número de jovens que poderiam aceder ao ensino superior. Observe-se o Quadro 1.

### Quadro 1 - Evolução do número de matrículas no ensino básico e secundário

Anos	Total	Ensino Básico				Ensino Secundário
		Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
1961*	1079587	1066471	887235	78064	101172	13116
1970*	1343307	1316279	935453	193912	186914	27028
1980	1707905	1538389	927852	305659	304878	169516
1990	1840682	1531114	715881	370607	444626	309568
2000	1658541	1240836	539943	276529	424364	417705
2005	1529953	1153057	504412	267742	380903	376896
2010	1740444	1256462	479519	273248	503695	483982
2015	1435316	1041698	418145	238582	384971	393618
2020	1344204	950864	38653	215389	348892	393340
2021	1319731	926042	373109	210064	342869	393689
2022	1327423	930323	374620	212914	342789	397100

Fonte: PORDATA.

Se o crescimento do número de jovens matriculados na “escola” com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos de idade resulta do estabelecimento da escolaridade obrigatória, o mesmo não se poderá afirmar sobre o ensino superior: a sua frequência é facultativa e os custos associados são múltiplos os quais são, para muitas famílias, insustentáveis.

Todavia, e como pode observar-se no Quadro 2, a procura de ensino superior cresceu vertiginosamente desde a década de 1970.

### Quadro 2 - Evolução do número de matrículas no ensino superior

Anos	Total (Ens. Sup. Público + Ens. Sup. Privado)	Ensino Superior Público	Ensino Superior Privado**
1961*	24149	24149	-
1970*	49461	49461	-
1978	81582	77501	4081
1980	80919	80919	7050
1986	106216	90535	15681
1990	157869	119733	38136
1995	290348	186286	104062
2000	373745	255008	118737
2005	380937	282273	98664
2010	383627	293828	89799
2015	349658	292359	57299
2020	396909	323754	73155
2021	411995	335139	76856
2022	433217	351195	82022
2023	446028	359397	86631

Fonte: PORDATA.

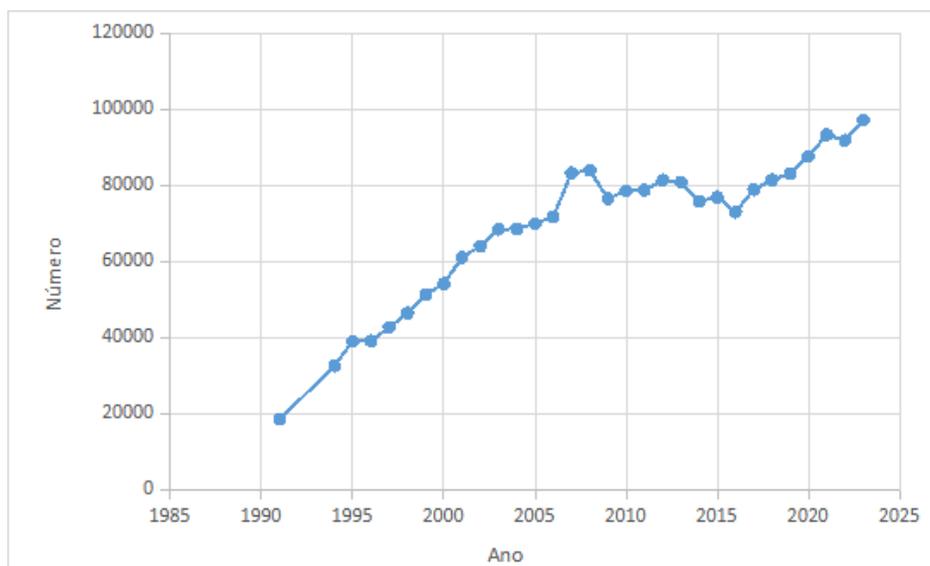
\*calculado a partir de Barreto *et al.*, *A Situação Social em Portugal*, 1960-1995

\*\* Em Portugal, o ensino superior privado só existe após 1986; até essa data, a única instituição de ensino superior era a Universidade Católica Portuguesa, que funcionava ao abrigo da Concordata entre o Governo Português e a Santa Sé, assinada em 7 de Maio de 1940, mas só a partir de 1971 é que passou a gozar de estatuto igual ao das restantes universidades portuguesas.

O fim da ditadura em 1974 permitiu o empoderamento da população portuguesa em geral. Desde 1974, a população tem vindo, de forma sistemática, a procurar educação de nível superior que é, notoriamente, uma alavanca no processo de ascensão social (Bourdieu; Passeron, 1964, 1970; Bourdieu, 2013). Entre 1970 e 2023, o número de matrículas no ensino superior aumentou mais de 9 vezes.

Como resultado do número crescente de estudantes do ensino superior, também o número de diplomados tem vindo a crescer a um ritmo significativo, como pode observar-se no Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Evolução do número de Diplomados no Ensino Superior por ano em Portugal (somatório dos diplomados de licenciatura, mestrado, doutoramento e curso de especialização - ISCED 5-8)**



1991 – 18671 diplomados; 2022 – 91870 diplomados.

Fonte: PORDATA

O aumento da frequência e da diplomação do ensino superior acabou por se refletir, como seria expectável, no nível de qualificação dos portugueses, assistindo-se, naturalmente, a um aumento significativo da mão de obra qualificada no país.

### Quadro 3 - População residente com 16 e mais anos, por nível de escolaridade completo

	Sem nível de escolaridade	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino Secundário e pós-Secundário	Ensino Superior
1961	66,6	29,7	-	-	3,0	0,6
1981	36,8	38,9	10,6	7,1	4,4	2,2
2001	17,4	33,0	16,4	14,8	11,7	6,8
2011	10,8	26,3	12,6	20,2	16,7	13,4
2021	4,7	20,3	9,2	19,4	24,7	21,7
2023	3,7	19,1	8,1	19,0	26,2	23,2

Fonte: PORDATA.

O Quadro 3 mostra bem o caminho educacional percorrido pelos portugueses nas últimas décadas:

- a percentagem da população residente com mais de 16 anos sem qualquer nível de escolaridade, grosso modo, a população analfabeta diminuiu de 66,6% em 1961 e de 36,8% em 1981 para 3,7% em 2023;

- a percentagem da população residente com mais de 16 anos possuidora do ensino secundário aumentou de 3,0% em 1961 e de 4,4% em 1981 para 26,2% em 2023; e

- a percentagem da população residente com mais de 16 anos possuidora do ensino superior aumentou de 0,6% em 1961 e de 2,2% em 1981 para 23,2% em 2023.

Este aumento do nível de qualificações dos portugueses ainda é mais expressivo, quando damos atenção, apenas, à coorte dos portugueses dos 30-34 anos e comparamos a evolução do seu nível de qualificações com os valores homólogos da União Europeia e dos países da Zona Euro: os números revelam o esforço feito e o êxito do país e dos portugueses na procura e na obtenção de níveis de qualificação cada vez mais elevados. Observe-se o Quadro 4.

#### Quadro 4 - População, entre os 30 e os 34 anos, com o ensino superior (ISCED 5-8) (%)

Anos/Regiões	UE27	Zona Euro (20 países)	Portugal
2002	22,5	24,7	12,9
2005	27,2	29,1	17,5
2010	32,6	33,6	24,0
2015	37,3	37,2	31,9
2020	41,1	41,4	39,6
2021	42,9	42,5	43,7
2022	42,8	43,3	43,0
2023	42,8	43,3	43,1

Fonte: PORDATA.

Como pode observar-se no Quadro 4, a percentagem da população portuguesa com idades entre os 30 e os 34 anos com ensino superior mais do que triplicou, crescendo a um ritmo superior à média dos países da União Europeia, ultrapassando, inclusive, aquela média. Os números mostram bem a vontade do país em se desenvolver e atingir níveis de maturidade semelhantes aos dos seus parceiros europeus.

## POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

### O PAPEL DO ESTADO, DOS ESTUDANTES E DAS IES PÚBLICAS, EM PORTUGAL

No que respeita ao ensino superior, pelo facto de ser de frequência voluntária e de não existir consenso acerca da sua natureza pública ou privada, dificilmente a sua universalidade será atingida e a questão do seu financiamento será sempre uma questão em aberto.

De facto, cientistas sociais como Le Grand (1990) ou Barr (1993) acentuam a natureza privada da educação superior, em virtude de considerarem que os seus principais beneficiários são os estudantes cujos novos e mais elevados níveis de qualificação os levará a terem melhores empregos, melhores salários e melhor estatuto social. Nestas circunstâncias, afirmam, não faz sentido que os Governos, através dos impostos cobrados aos contribuintes, alguns dos quais nem sequer terão feito estudos superiores, paguem os custos necessários à provisão e ao usufruto do ensino superior. Pelo contrário, outros cientistas sociais como Weale (1992), Wolfe (1995) ou Wolfe e

Zuvekas (1995) relevam os benefícios para os países decorrentes de uma população mais educada e qualificada: maiores níveis de participação cívica e de solidariedade, menores níveis de delinquência e outras formas de marginalidade, maiores níveis de produtividade para além do efeito de *spill over* dos indivíduos mais qualificados junto dos restantes (Romer, 1986).

Naturalmente, entre as duas posições extremas, situam-se infinitas realidades sendo que os governos participam no financiamento do ensino superior, mesmo nos países onde a ideia de mercado é mais marcante e se associa a educação de natureza superior a um bem privado, como, entre outros, os Estados Unidos da América ou o Japão, devido a diversas razões, como por exemplo, as falhas de mercado e o facto de se estar a formar mão de obra qualificada para o mercado (Eicher; Chevaillier, 1993; Eicher, 1998).

Esta é a razão por que, até à década de 1980, na maioria dos países ocidentais, os Governos terem assumido a principal responsabilidade de financiar o ensino superior (Ziderman, Albrecht, 1995).

O papel do Estado na formação dos jovens e no financiamento do ensino superior, seja para os cursos de graduação seja os de pós-graduação, através do financiamento direto das instituições e através de financiamento dos estudantes (bolsas de estudo, empréstimos subsidiados e outros apoios indiretos), tem mudado de forma muito significativa nas últimas décadas, com os governos a desinvestir na produção de bens públicos e semipúblicos, nomeadamente a educação superior, seja por dificuldades financeiras seja por questões ideológicas, sendo as instituições forçadas a diversificar as suas fontes de financiamento recorrendo ao que autores como Johnstone (1986), Woodhall (2003), Vossensteyn (2005) entre outros designam por “*cost sharing*” – “partilha de custos”. Esta política surgiu associada ao estabelecimento de propinas sendo que em Portugal, durante algumas décadas pós-Revolução de 25 de abril de 1974, predominou a ideia de que o ensino superior é um bem público/semipúblico, justificando as diversas medidas de apoio à frequência e à permanência dos jovens oriundos dos estratos mais pobres, neste nível de ensino. Todavia, desde finais do século passado que se assiste à desresponsabilização do Estado no financiamento das IES públicas (Cabrito, 2004; Cabrito; Cerdeira; Mucharreira, 2023), acompanhando a tendência neoliberal mundial, como pode observar-se no Quadro 5: de situação de ser quase o único financiador do ensino superior público, o Estado contribui, hoje, para pouco mais de metade do orçamento das IES públicas.

**Quadro 5 - Participação do Estado no financiamento das IES públicas, em %**

Anos	%
Antes de 1995	+/-100,0
1995	96,5
2005	68,0
2010	69,2
2015	55,1
2020	55,7
2021	56,2

Fonte: OCDE.

Face a esta situação, as IES públicas foram obrigadas a procurar outras fontes de financiamento, seja junto dos estudantes/famílias, nomeadamente através de uma taxa anual de frequência (designada, em Portugal, por “propina”) seja junto do mercado e do mecenato, desenvolvendo um conjunto de iniciativas concretizadas num processo real de diversificação de fontes de financiamento (Cerdeira, 2009). Esta participação de outros atores no financiamento das IES públicas, a política de partilha de custos, está bem testemunhada no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - A realidade da política de partilha de custos no financiamento do ES público, em Portugal**

Fonte: CNE.

Da análise do Gráfico 2, percebe-se a tendência para a privatização de um serviço de natureza pública: o Estado tem vindo a diminuir a sua parte no orçamento das IES, ao mesmo tempo que aumenta a participação dos outros atores:

- o contributo do Estado decresceu de forma significativa, atingindo os menores valores no período 2012-2015, período em que o governo à data optou por uma política económica de austeridade, com efeitos em todos os domínios sociais, nomeadamente no educativo;

- o papel dos estudantes no financiamento do ensino superior público aumentou: em 2021, 14,5% do orçamento das IES públicas resultou do pagamento de propinas; e

- as receitas de outras fontes, em geral receitas provenientes de contratos e protocolos de colaboração com empresas, de projetos de investigação com financiamento competitivo, de serviços prestados a terceiros (formação, consultadoria) e de mecenato, aumentaram.

## **EVOLUÇÃO DO VALOR DAS PROPINAS/ANUALIDADES**

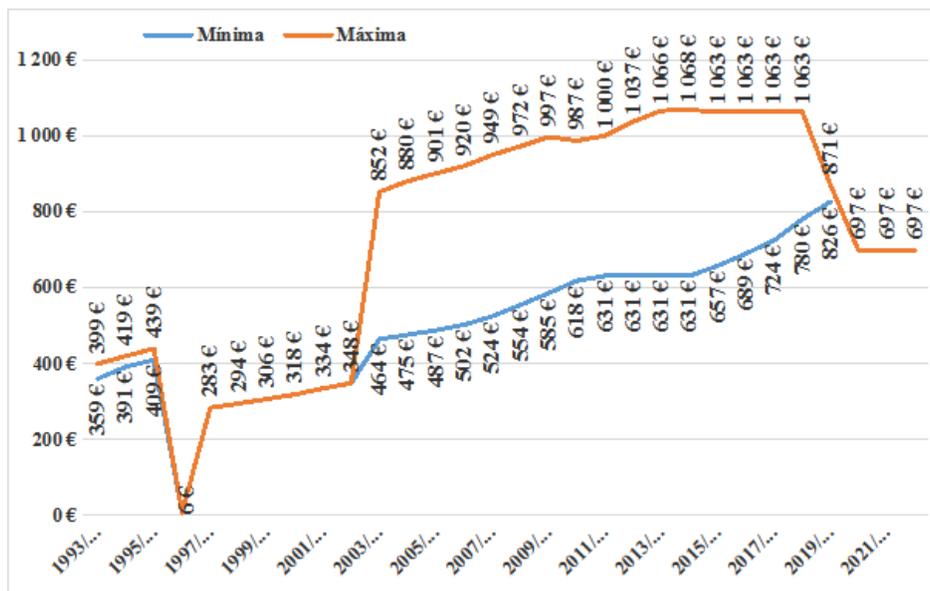
São múltiplas as despesas que os jovens são forçados a despende com a frequência do ensino superior. Uma das parcelas dessas despesas são as anualidades pagas pelos jovens às instituições de ensino superior, as propinas.

Do Gráfico 2 atrás exposto, parece poder concluir-se que o papel dos estudantes/famílias estabilizou em menos de 15% do orçamento das IES. Todavia, esta diminuição é provavelmente temporária.

De facto, a lei de financiamento do ensino superior em vigor, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, estabeleceu uma nova fórmula de cálculo da propina, cujo valor passou a ser decidido pelas instituições de ensino superior dentro de um intervalo definido por lei. Todavia, nos últimos anos, em virtude da quebra registada na procura de ensino superior decorrente da pandemia do Covid 19 e da crise financeira que o país sofreu no período entre 2011 e 2015, os governos à data e o Conselho de Reitores das Universidade Portuguesas (CRUP) e o Conselho dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) decidiram, temporariamente, diminuir o valor máximo da propina para 697 Euros.

De qualquer forma, percebe-se que as propinas são parte importante do financiamento do ensino superior público e o seu montante tem crescido ao longo dos anos. Todavia, esse crescimento não tem sido regular, como pode observar-se no Gráfico 3 que mostra a evolução do valor da taxa anual de frequência/propina para frequentar o ensino superior público, nas últimas décadas.

**Gráfico 3 - Evolução do valor das Propinas/Anualidades, no período 1993/94 a 2021/2022**



Fonte: Elaboração dos autores.

Notas: 1ª- No Orçamento de 2020 e 2021 foi aprovado na Assembleia da República a descida do valor da propina máxima para 697 Euros; 2ª - O valor referido manteve-se nos anos letivos posteriores.

Como se pode observar no Gráfico 3, apesar de algumas situações excepcionais, a tendência da evolução do valor da propina é a de crescimento, desde o estabelecimento do seu valor atualizado, em 1992/93. É de sublinhar que nos últimos anos o valor máximo da propina diminuiu fortemente, como forma de resposta do sistema à diminuição da intensidade de crescimento da procura de ensino superior, ou mesmo à quebra da procura em termos absolutos, em virtude das dificuldades financeiras que o país e os jovens/famílias têm vindo a conhecer. Atualmente, o valor da propina aproxima-se do valor mínimo da propina cobrado no ano letivo de 2017/2018 sendo que permanecerá igual para o ano letivo de 2024/2025.

## **ORIGEM SOCIOECONÓMICA DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**

Como se pode concluir do exposto acima, nas últimas décadas, Portugal conheceu um aumento explosivo do número de estudantes a frequentar e a terminar seja o ensino básico e secundário seja o ensino superior. O número de diplomados com graus de ensino superior aumentou de forma expressiva, refletindo-se, também, no nível de qualificação dos trabalhadores.

Perante este crescimento, é natural que nos interroguemos acerca da origem socioeconómica dos estudantes do ensino superior, questão bastante pertinente tendo em atenção que até à década de 1970, o número de estudantes no ensino superior era diminuto e era frequentado basicamente pelos jovens dos estratos sociais mais favorecidos que, assim, iriam reproduzir a ordem dominante. Um ensino superior para as elites foi o que sempre caracterizou o período do Estado-Novo.

Todavia, muitas coisas mudaram com a Revolução de Abril. Com o estabelecimento da escolaridade obrigatória, todos os jovens de todos os estratos sociais são chamados à escola. Nesse sentido, com a universalização do Ensino Básico e do Ensino Secundário, atingiu-se um elevado grau de democratização do ensino não superior.

O crescimento do número de matriculados e de diplomados do ensino superior não se pode dever, apenas, aos jovens oriundos dos estratos sociais mais favorecidos. Pelo contrário, o número de jovens envolvidos no ensino superior em Portugal é tão elevado que só é explicável com o alargamento da sua base social de recrutamento.

Efetivamente, a investigação recente acerca da origem socioeconómica dos estudantes de ensino superior, em Portugal, tem mostrado esse alargamento, com o aumento da participação dos jovens oriundos dos estratos menos favorecidos da população. Observe-se o Quadro 6.

## Quadro 6 - Origem socioeconómica dos estudantes do ensino superior, em Portugal

Anos	Rendimento do agregado familiar		
	Elevado; médio-alto (>1500€/mês)	Médio (entre 870 e 1500€/mês)	Baixo (<870€/mês)
1994/1995	14,4	71,8	13,6
2004/2005	17,3	74,1	8,6
2009/2010	38,2	43,8	18,0
2014/2015	36,7	46,7	16,6
2020/2021*	31,9	50,7	17,4

Fonte: Cabrito, 2002; Cerdeira, 2009; Cerdeira e Cabrito, 2014, 2017; Martins et. al., 2021.

\*Adaptado de INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020; ELABORAÇÃO DO ESTUDO: Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte; Susana da Cruz Martins (Coord.), Rosário Mauritti & Bernardo Machado; Consultores: António Firmino da Costa e Pedro Ramos

Categorias do estudo e sua junção pelos autores:

Largamente acima da média e Pouco acima da média

Estão na média

Pouca abaixo da média e Largamente abaixo da média

[https://wwwcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/eurostudentvii\\_relatorio\\_nacional\\_final\\_cies-iscte2020\\_10set.pdf](https://wwwcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/eurostudentvii_relatorio_nacional_final_cies-iscte2020_10set.pdf)

## OS APOIOS DO ESTADO

Os números acima mostram bem como o ensino superior público português se tem vindo a democratizar, apesar de a participação dos jovens dos estratos sociais com menores rendimentos ainda ser minoritária.

Todavia, num país onde o salário médio dos trabalhadores, em 2023, foi de 1041 euros mensais, onde o salário mínimo foi estabelecido, em 2024, nos 820 euros mensais e onde uma parte significativa da população ainda vive em situação de pobreza (o índice de pobreza em Portugal em 2022, conforme o “Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza”, foi de 20,1%), é importante que se conheça o esforço financeiro direto e indireto realizado pelo Estado para que os jovens dos estratos menos favorecidos tenham oportunidade para aceder ao ensino superior.

São de três tipos fundamentais as políticas do Estado para apoiar a frequência do ensino superior: apoios monetários diretos através da política de bolsas e outras despesas que indiretamente beneficiam todos os estudantes; política de empréstimos subsidiados; outras medidas de política.

## AS DESPESAS COM A AÇÃO SOCIAL DIRETA E INDIRETA

Um dos instrumentos fundamentais a que o Estado tem recorrido para apoiar os jovens dos estratos menos favorecidos à frequência do ensino superior é a política de bolsas. O Quadro 7 mostra como tem evoluído o número de bolseiros/bolsistas, nas últimas décadas.

**Quadro 7 - Ação Social do Estado - evolução do número de bolsistas, total e por subsistema de ensino**

<b>Anos</b>	<b>Total</b>	<b>E. S. Público</b>	<b>E. S. Privado</b>
1991	10943	10919	21
1992	13.950	13.866	84
1993	16.665	16.452	213
1994	21.665	21.438	227
1995	30705	29651	1054
1996	30.409	28.909	1.500
1997	32.743	28.463	4.280
1998	43.542	38.390	5.152
1999	50.436	43.159	7.277
2000	56046	44994	11052
2001	59.296	46.846	12.450
2002	59.643	46.463	13.180
2003	57.248	44.442	12.806
2004	63.190	49.109	14.081
2005	66008	52609	13399
2006	68.964	56.743	12.221
2007	70.603	58.010	12.593
2008	73.493	61.361	12.132
2009	73.063	62.290	10.773
2010	74935	62304	12631

### Quadro 7 - Ação Social do Estado - evolução do número de bolsistas, total e por subsistema de ensino

Anos	Total	E. S. Público	E. S. Privado
2011	67.850	58.089	9.761
2012	56.017	49.109	6.908
2013	58.818	52.116	6.702
2014	62.312	55.701	6.611
2015	69611	62560	7051
2016	72.261	64.563	7.698
2017	74.586	65.967	8.619
2018	74.367	65.324	9.043
2019	72.577	63.216	9.361
2020	79825	69176	10649
2021	80070	69223	10847
2022	81564	69323	12241

Fonte: PORDATA.

O Quadro 7 mostra como tem evoluído o número total de jovens que recebem uma bolsa do Estado para frequentarem o ensino superior. Em duas décadas, esse número ultrapassa o milhão de bolsas concedidas.

De destacar que este esforço do Estado se materializa em bolsas atribuídas a jovens, quer do ensino superior público, quer do ensino superior privado, evidenciando a vontade de aumentar a frequência do ensino superior pelos jovens de estratos sociais menos favorecidos, independentemente do subsistema de ensino superior eleito.

De evidenciar, todavia, que a evolução do número de bolsas atribuídas foi irregular no período 1991-2021, tendo diminuído na primeira metade da década de 2010, em virtude da crise financeira por que o país passou e das políticas de austeridade prosseguidas pelo governo à data. Só após 2015, decorrente da mudança de governo, que passou a ser de centro-esquerda, essa tendência se inverteu, sendo que realçar os números crescentes da década de 2020. O aumento do número de bolsistas refletiu-se, também, na evolução da despesa associada do Estado, como pode observar-se no Quadro 8.

### Quadro 8 - Despesas com bolsas de ação social do ensino superior: total e por subsistema de ensino

Anos	Total	E. S. Público	E. S. Privado
1991	8.834.813,1	8.808.561,4	26.251,7
1995	27.402.185,7	25.762.557,2	1.639.628,5
2000	80.064.113,0	56.649.454,8	23.414.658,2
2005	88.967.157,3	68.023.430,7	20.943.726,6
2006	88.405.754,7	67.788.505,0	20.617.249,7
2007	116.466.917,4	93.065.755,0	23.401.162,4
2008	124.043.315,7	99.526.252,0	24.517.063,7
2009	126.551.100,0	106.357.926,0	20.193.174,0
2010	163.287.567,0	135.844.914,0	27.442.653,0
2011	130.657.929,0	112.976.764,0	17.681.165,0
2012	120.081.037,0	108.388.809,0	11.692.228,0
2013	126.129.186,2	112.514.443,9	13.614.742,2
2014	125.169.884,8	114.576.123,3	10.593.761,6
2015	138.295.569,5	125.174.839,3	13.120.730,2
2016	128.519.874,6	116.830.162,4	11.689.712,2
2017	134.116.702,4	120.463.378,3	13.653.324,1
2018	136.401.706,5	120.574.747,8	15.826.958,7
2019	129.057.247,4	113.644.240,1	15.413.007,3
2020	113.779.160,8	99.518.371,6	14.260.789,2
2021	118.563.752,4	103.153.949,9	15.409.802,5
2022	124.886.866,8	108.723.599,8	16.163.267,0

Fonte: PORDATA.

De sinalizar, todavia, que a irregularidade do valor dos gastos do Estado com as bolsas de estudo se refletiu de forma significativa no valor médio das bolsas, ao longo do período. Tendo crescido entre 2000 e 2010, decresceu no período seguinte, sendo que em 2022 o valor médio das bolsas representa apenas 69,3% do valor médio de 2010 o que evidencia uma quebra do esforço do Estado neste tipo de apoio individual, apesar de os valores de 2022, quer em número de bolseiros quer em montante despendido, revelarem uma tendência para que esta medida de política seja progressivamente mais eficaz.

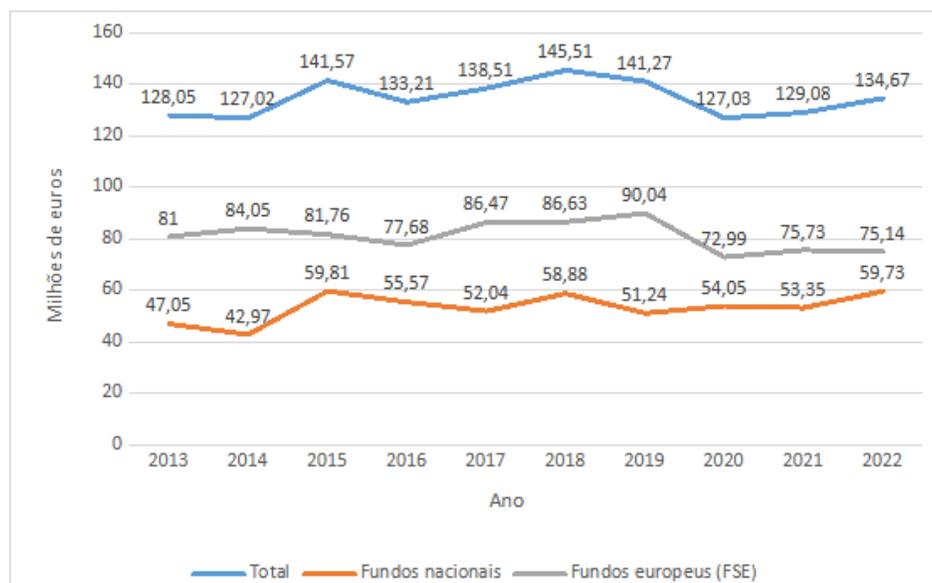
**Quadro 9 - Valor médio anual das bolsas, total e por subsistema de ensino, em euros**

	Total	E.S. Público	E.S. Privado
1991	807,3	806,7	1250,1
1995	892,4	868,9	1555,6
2000	1429,5	1259,0	2118,6
2005	1347,8	1293,0	1563,1
2010	2179,1	2180,4	2172,6
2015	1986,7	2000,9	1860,8
2020	1425,3	1438,6	1339,2
2021	1480,8	1490,2	1420,7
2022	1531,2	1568,4	1320,4

Fonte: PORDATA.

Deve, também, referir-se que esta medida de apoio aos estudantes mais carenciados não é proveniente, apenas, do Orçamento do Estado. É forçoso destacar o papel da União Europeia nessa política educativa. Veja-se o Gráfico 4.

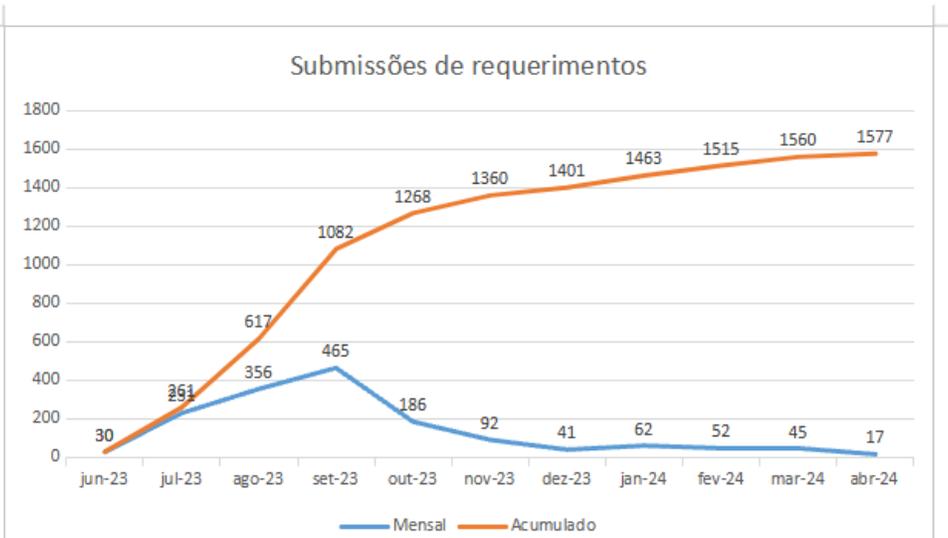
**Gráfico 4 - Evolução da despesa com ação social direta (Bolsas)**



Fonte: CNE, a partir de IGeFE, IP, 2023.

Ainda na política de bolsas através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e no quadro das políticas de inclusão, o Governo desde 2017 que criou a iniciativa “Inclusão para o Conhecimento”, fixando bolsas de estudo para frequência de estudantes com incapacidade igual ou superior a 60% e cujo valor é equivalente ao valor da propina efetivamente paga, até ao limite máximo do subsídio de propina atribuído pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, I.P.) para a obtenção do grau de doutor (2750 euros) (<https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/bolsas-de-estudo-para-frequencia-de-estudantes-com-incapacidade?plid=373>).

**Gráfico 5 - Pedidos de bolsa para estudantes com incapacidade**



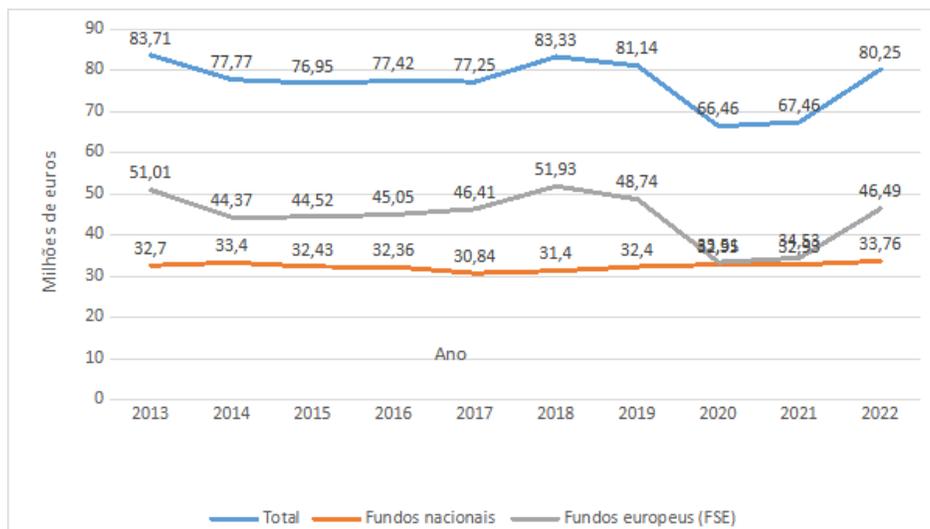
Fonte: DGES.

Para além do apoio direto aos estudantes com as bolsas, o Estado também apoia indiretamente os estudantes do ensino superior público, subsidiando, para além de outras despesas, os gastos em:

- alimentação: os valores pagos pelos estudantes nas cantinas universitárias são inferiores ao preço de mercado de refeições de igual quantidade e qualidade; e
- alojamento, através das residências universitárias, com rendas inferiores ao preço de mercado de alojamentos com características similares e de subsídios de rendas.

O Gráfico 6 mostra quanto o Estado executou, isto é, quanto tem realmente gasto, nos últimos anos em apoios indiretos aos estudantes do ensino superior público.

**Gráfico 6 - Evolução da despesa com ação social indireta  
(em alimentação, alojamento e outros apoios indiretos)**

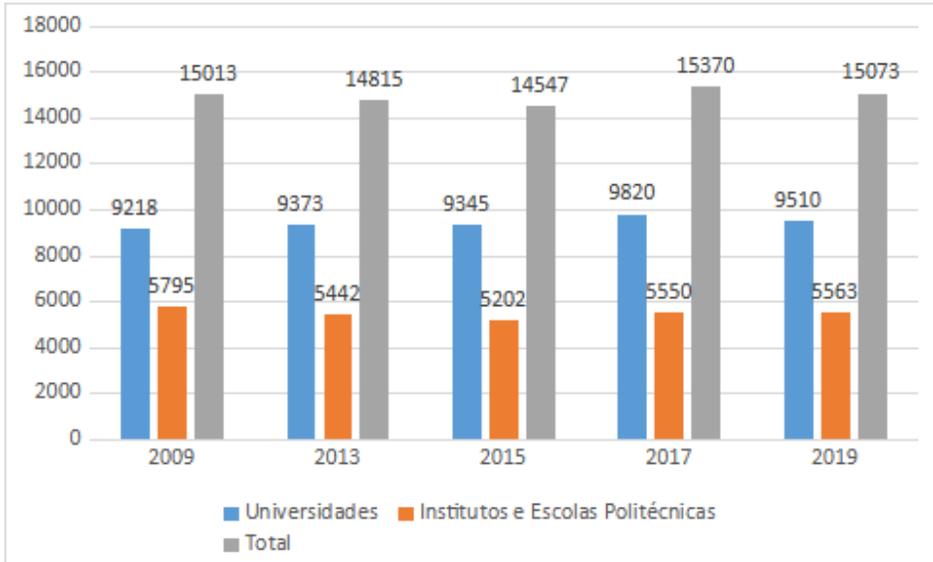


Fonte: CNE, a partir de IGeFE, IP, 2023.

A análise do Gráfico 6 permite concluir que o contributo do Estado em despesas com a ação social indireta tem permanecido relativamente constante na última década, enquanto as outras fontes (financiamento comunitário, receitas próprias e transferências no âmbito das Administrações Públicas) têm apresentado uma evolução mais irregular, mas sendo sempre superiores às despesas garantidas pelo Orçamento do Estado.

Também a disponibilização de camas/residências não tem crescido nos últimos anos, apesar da sua importância enquanto política de apoio aos estudantes, particularmente aos mais carenciados.

**Gráfico 7 - Evolução do número de camas disponibilizadas em residências no Ensino Superior Público**



Nota: 2011 sem dados disponíveis.

Fonte: CNE, Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior – PNAES, 2022.

## OUTRAS MEDIDAS RECENTES

Desde os anos da pandemia do Covid 19 que o governo tem implementado algumas medidas de política educativa que, não sendo de natureza financeira, se repercutem, todavia, nos estudantes, particularmente nos estudantes oriundos das classes baixa/média baixa.

De entre essas medidas destacamos três: duas destas medidas dirigem-se aos jovens que terminaram o Ensino Secundário via Profissional que é maioritariamente frequentado por jovens portadores de baixo nível de capital económico e cultural; a outra, é uma medida que se aplica a todos jovens oriundos dos estratos sociais menos favorecidos, independentemente da via em que realizaram o ensino secundário (via regular ou via profissional).

Assim, é relativo aos jovens que terminaram estudos secundários pela via profissional:

- foram criados e têm sido promovidos os Cursos de Técnicos Superiores Especializados, que constituem formação pós-secundária não superior, de nível 4; têm a duração de dois anos e são ministrados nos institutos superiores politécnicos; e

- todos os anos é estabelecido um número de vagas no ensino superior exclusivo para os jovens que terminam o Ensino Secundário Profissional, sendo também diferente o processo de acesso ao ensino superior; de salientar, no entanto, que estes jovens podem candidatar-se ao ensino superior quer por esta via quer pela via do ensino regular.

No que respeita aos jovens oriundos da classe baixa, os jovens que pertencem ao Escalão A nas políticas de Ação Social, desde o ano letivo de 2023/2024 que o governo, em colaboração com as instituições de ensino superior, reserva para esses jovens um número específico de vagas, incluindo os designados cursos de excelência como, entre outros, os cursos de medicina, arquitetura, bioengenharia nos quais dificilmente esses jovens conseguem entrar.

Para o ano letivo de 2024/2025, estão reservados para estes jovens, 2% do número de vagas dos cursos com mais de 100 candidatos e duas vagas nos restantes cursos. Quer isto dizer que em cada um dos cursos a que os jovens se podem candidatar (para o próximo ano letivo são mais de 1100 os cursos disponíveis nas instituições públicas de ensino superior), há pelo menos duas vagas reservadas para os jovens oriundos da classe baixa.

Aliás, no presente ano letivo (2023/2024), tinham sido reservadas 2500 vagas, mas apenas ingressaram 1013, o que poderá ser explicado pelas gravíssimas condições económicas em que vivem e que os apoios financeiros do Estado não são suficientes para colmatar.

## **A POLÍTICA DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS**

Uma outra política de apoio aos jovens para acederem ao ensino superior, é a política de empréstimos. Esta política, que vem acentuar a privatização do ensino superior público, tem vindo a desenvolver-se nos últimos 20 anos e constitui na disponibilidade de créditos com taxas bonificadas, períodos de amortização e períodos de graça mais longos e que são disponibilizados pela banca comercial, mas garantidos pelo Estado, daí serem designados por Empréstimos de Garantia Mútua.

Sendo uma medida de política relativamente recente, ainda não são muitos os jovens que recorrem aos empréstimos. Observe-se o Quadro 10.

### Quadro 10 - Empréstimos bancários estudantis, 2007-2016

Ano Letivo	Nº de empréstimos	Valor Contratado (euros)	Montante médio do empréstimo (euros)
2007/2008	3302	36513696	11058,1
2008/2009	3886	44097135	11347,7
2009/2010	4074	47147583	11572,8
2010/2011	4537	52102335	11483,9
2011/2012	2030	23442984	11548,3
2012/2013	1800	21996561	12220,3
2013/2016	1886	19699707	10445,2
Total	21515	245000000	11387,4

Fonte: Direção Geral do Ensino Superior – DGES (cálculos dos autores).

A propósito dos dados do Quadro 10, há ainda que referir que no período 2007-2016:

- ocorreram menos de 4% de casos de incumprimento;
- o montante médio do empréstimo foi de 11478€;
- contraíram empréstimo cerca de 5,2% dos estudantes do ensino superior;
- cerca de um terço dos estudantes que contraíram empréstimo, era bolseiro;
- o montante do empréstimo variava entre os 1000 e os 5000 euros por ano, não podendo ultrapassar os 25000 euros para os cursos com cinco anos de duração.

Em 2017, os empréstimos estiveram suspensos, tendo o Governo, em 2018 reativado a linha de crédito criada em 2007. Em 31 de Outubro de 2018, o Governo assinou, com a SPGN – Sociedade de Investimento S.A. e o Programa Operacional Capital Humano – POCH, a “Linha de Crédito para Estudantes do Ensino Superior com Garantia Mútua”, tendo aderido a esta linha de empréstimos de garantia mútua 4 bancos: Banco Comercial Português (BCP Millennium); o banco público, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Banco Montepio e o Banco de Investimento (BIC) e que vigorou até 2023.

Na sequência desta reativação da política de empréstimos estudantis, houve uma retomada por parte dos estudantes, sendo que o montante de empréstimo médio contratado neste período foi muito semelhante ao do período anterior, conforme pode observar-se no Quadro 11.

**Quadro 11 - Empréstimos bancários estudantis, 2018-2022**

Ano letivo	Empréstimos Contratados		Montante médio do empréstimo (euros)
	Número	Montante Contratado (euros)	
2018/2019	696	7042064	10117,9
2019/2020	843	9906709	11751,7
2020/2021	795	9751390	12265,9
2021/2022	115	1431407	12447,0
Total	2449	28131572	11487,0

Fonte: DGES.

A análise conjunta dos Quadros 10 e 11 mostra que o montante médio dos empréstimos não variou de forma significativa no 2007-2022, sugerindo que a crise financeira que atingiu o país (2008-2011) e a política de austeridade que se lhe seguiu (2011-2015), bem como os problemas decorrentes da pandemia do Covid 19 (2019-2020) e da guerra da Ucrânia (2022-.) não terão tido um papel determinante nos montantes dos empréstimos contratados.

Finalmente, registre-se que os pedidos de empréstimo não se distribuem uniformemente por todos os ciclos de estudo. Observe-se o Quadro 12.

**Quadro 12 - Empréstimos bancários estudantis, 2018-2022:  
Tipologia do Curso**

Ano Letivo	Tipologia do Curso	Empréstimos Contratados		Peso (%)
		Número	Montante Contratado (euros)	
2018/2019 a 2020/2022	Curso Técnico Superior Profissional	47	355564	1,3
	Licenciatura – 1º ciclo	1615	18512153	65,8
	Mestrado – 2º ciclo	369	2660527	9,5
	Mestrado integrado	378	6149663	21,9
	Doutoramento – 3º ciclo	40	453665	1,6
Total		2449	28131572	100,0

Fonte: DGES.

Os dados do Quadro 12 mostram como a procura de crédito varia com os ciclos de estudos, sendo predominante o de licenciatura, isto é, o 1º ciclo do ensino superior (3 anos de estudo) como seria expectável dado que este ciclo é o dominante em termos de frequência (65,8% dos estudantes de educação superior). De facto, muitos dos estudantes entram no mercado de trabalho logo após a conclusão da sua licenciatura. É interessante verificar, também, que são os estudantes dos cursos em que é obrigatório realizar o mestrado para poderem desempenhar a profissão (como, entre outros, psicologia, veterinária, arquitetura, medicina, agronomia, algumas engenharias), aqueles que se seguem nos pedidos de crédito.

## **REFLEXÕES FINAIS**

Do exposto, pode concluir-se, sem margem para dúvidas, que a frequência e a diplomação de estudos superiores em Portugal cresceu de forma significativa desde a Revolução de 25 de abril de 1974 e que a base social de recrutamento dos estudantes de ensino superior se alargou, tornando este nível de ensino mais equitativo, ainda que ainda haja um grande percurso a ser feito que garanta uma maior homologia entre a origem socioeconómica dos estudantes do ensino superior e a população portuguesa.

Verificou-se, também, que o nível de qualificação da população portuguesa tem aumentado visivelmente, acompanhando o processo de democratização e de universalização da educação, em Portugal.

A análise mostrou, também, um processo contínuo e sustentável de privatização do ensino superior público, com o Estado a desresponsabilizar-se do financiamento das instituições públicas de ensino superior, ao mesmo tempo que estas instituições são forçadas a diversificar fontes de financiamento adotando uma política de partilha de custos, seja junto dos estudantes/famílias, seja no mercado, através de colaboração com instituições empresariais e fundacionais, seja através da venda e da prestação de serviços ao mercado, seja através do mecenato.

Este processo de privatização repercutiu-se negativamente na capacidade financeira dos jovens estudantes, particularmente dos oriundos dos estratos sociais mais pobres que se mantiveram a estudar graças aos diversos apoios do Estado, nomeadamente a política de bolsas, os apoios sociais indiretos, a política de empréstimos e medidas não monetárias como a abertura de novas vias de acesso ao ensino superior ou a reserva de vagas em todos os cursos de ensino superior para os jovens oriundos dos estratos sociais menos favorecidos.

Indiscutivelmente, desde a Revolução de 25 de abril de 1974 que a educação se democratizou e que a taxa de escolarização no ensino superior se aproxima dos valores homólogos dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

Todavia, e apesar do incremento verificado do nível de qualificações da população Portuguesa, é indispensável que:

- se continue a aumentar as qualificações da população Portuguesa (seja os jovens seja as gerações mais velhas);
- se mantenha e melhore o nível de escolarização do Ensino não Superior – que todos os jovens com 18 anos se encontrem em processos de escolarização, bem como do ensino superior, pois a relação entre o número de diplomados de estudos superiores e o nível de desenvolvimento social, político, cultural e económico de um país é evidente;
- o Estado atribua mais recursos financeiros para o Ensino Superior e Investigação Científica, contribuindo para que as instituições de ensino superior cumpram a sua tripla missão de ensino, investigação e extensão;
- o Estado aumente o apoio social e reveja a forma de cálculo das bolsas de estudo, com o alargamento dos limites de rendimento do agregado familiar dos estudantes, de modo a que este nível educativo atinja maiores níveis de equidade;
- o valor das bolsas seja revisto de modo a garantir que suporta os custos dos estudantes do ensino superior; e
- aumente o número de camas existente, dando resposta à falta de instalações para os estudantes deslocados e ao aumento de preços do mercado.

## REFERÊNCIAS

BARR, Nicholas. Alternative Funding for Higher Education. **The Economic Journal**, n. 103, p. 718-728, 1993. Disponível em: <https://academic.oup.com/ej/issue/103/418>. Acesso em: 13 fev. 2024

BECKER, Gary. **Human Capital** – A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. New York: Columbia University Press, 1964.

BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**. Paris: Les Editions Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classe social**. Novos Estudos CEBRAC, n. 96, p. 105-115, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/i/2013.n96/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les Héritiers**. Paris: Les Éditions Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction**. Paris: Les Éditions Minuit, 1970.

CABRITO, Belmiro Gil. **O Financiamento do ensino superior**. Lisboa: EDUCA, 2002.

CABRITO, Belmiro Gil. O Financiamento do Ensino Superior em Portugal: Entre o Estado e o Mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 977-996, Especial – Out. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CABRITO, Belmiro G.; CERDEIRA, Luísa; MUCHARREIRA, Pedro Ribeiro. O Ensino Superior Público em Portugal: financiamento, privatização e precariedade. **FINEDUCA -Revista de Financiamento da Educação**, v. 13, n.1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/announcement/view/1721> . Acesso em: 13 fev. 2024.

CERDEIRA, Luísa. **O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos**. Coimbra: Almedina, 2009.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro. **Os custos dos estudantes do ensino superior**. Lisboa: EDUCA, 2014.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro. **CESTES**. Os custos dos estudantes do ensino superior. Lisboa: EDUCA, 2017.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro Gil; MUCHARREIRA, Pedro Ribeiro. Portuguese Scientific System Growth and Public Funding of Higher Education between 1995 and 2020. *In*: NATA, R. V. (ed.). **Progress in Education**, v. 67, New York: Nova Science Publishers, 2021, p. 77-107.

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2022). **Estado da Educação 2021**. Disponível em: <https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estado-da-educacao/1871-estado-da-educacao-2021>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DGES. **Estatísticas Ensino Superior**. Disponível em <https://www.dges.pt/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

EICHER, Jean-Claude. The Costs and Financing of Higher Education in Europe. **European Journal of Education**, v. 33, n. 1, Março, p. 31-39, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1503782> . Acesso em: 3 fev. 2024.

EICHER, Jean-Claude; CHEVAILLIER, Thierry. Rethinking the Finance of Post-Compulsory Education. **International Journal of Educational Research**, vol. 19, nº 5, p. 445-519, 1993. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/international-journal-of-educational-research/vol/19/issue/5>. Acesso em: 3 fev. 2024.

JOHNSTONE, David B. **Sharing the Costs of Higher Education**. Student Financial Assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United State. New York: College Board Publications, 1986.

LE GRAND, Julian. **Quasi-Markets and Social Policy**. Bristol: University of Bristol and SAUS Publications, 1990.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA LUTA CONTRA A POBREZA. **Pobreza e Exclusão Social em Portugal - Relatório 2023**. Porto, 2023. Disponível em: <https://on.eapn.pt/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

OCDE. **Education at a Glance 2023: OECD Indicators**, Paris: OECD Publishing, 2023.

PASQUIER, Dominique. **Cultures lycéennes. La tyrannie de la majorité**. Paris: Ed. Autrement, 2005.

PORDATA. **Estatísticas de Portugal** – Base de Dados de Portugal Contemporâneo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal>, 2024. Acesso em: 13 fev. 2024.

PORTUGAL Disponível em: <https://www.dges.gov.pt/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. LEI nº 46/86, de 14 de Outubro. **Diário da República**. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975-44594375>. Acesso em: 10 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. LEI nº 37/2003 de 22 de Agosto. **Diário da República**. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/37-2003-656107>. Acesso em: 10 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. LEI 85/2009 de 27 de Agosto. **Diário da República**. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2009-34513275-45294475>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ROMER, Paul M. Increasing Returns and Long-Run Growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/261420>. Acesso em: 3 fev. 2024.

SCHULTZ, Theodore. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, v. 51, n. 1 p.1-17, 1961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1818907>. Acesso em: 3 fev. 2024.

SOUZA, José. O recrudescimento do capital humano. **Cadernos Cemarx**, n. 3, p. 159-172, 2006. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10875>. Acesso em: 11 fev. 2024.

VOSENSTEYN, Hans. “Shared interests, shared costs: Student contributions in Dutch higher education”, **Journal of Higher Education Policy and Management**, v. 24, n. 2, p. 145-154, 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1360080022000013473>. Acesso em: 10 fev. 2024.

WEALE, Martin. Externalities from Education. *In*: E. COHN; G. JOHNES (Eds.) **Recent Developments in the Economics of Education**. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited, 1992.

WOLFE, Barbara. External Benefits of Education. *In*: Martin Carnoy (Ed.). **International Encyclopedia of Economics of Education, second edition**. Cambridge: Pergamon, p. 159-163, 1995.

WOLFE, Barbara; ZUVEKAS, Samuel. Non-market Outcomes of Schooling. **Institut for Research on Poverty**. Discussion-paper nº 1065-95, 1995. Disponível em: <https://www.irp.wisc.edu/?s=Discussion-paper+n%C2%BA+106595&submit=Search#gsc.tab=0&gsc.q=WOLFE%2C%20Barbara%3B%20ZUVEKAS%2C%20Samuel> . Acesso em: 10 fev. 2024.

WOODHALL, Maureen. Financing higher education: Old challenges and new messages. **JHEA/RESA**, v. 1, n.1, p. 78-100, Boston College & Council for the Development of Social Science Research in Africa, 2003. Disponível em: <https://journals.codesria.org/index.php/jhea/article/view/1392/1463> . Acesso em: 10 fev. 2024.

ZIDERMAN, Adrian; ALBRECHT, Douglas. **Financing Universities in Developing Countries**. Washington D.C: The Falmer Press, 1995.

## **SOBRE OS AUTORES**

---

### **Belmiro Cabrito**

Doutor e Mestre em Ciências da Educação; Licenciado em Economia; Licenciado em Ciências Sociais e Políticas; Professor Associado aposentado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e membro da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação daquele Instituto. Tem investigado nas áreas da economia e do financiamento da educação e participado ou coordenado projetos sobre os custos do ensino superior em Portugal, Angola e Guiné-Bissau. É membro do Conselho de revistas científicas como *Inter-Ação*, UFG; *REVEDUC*, UFSCar; *Ver a Educação*, UFPA; *Educar em Questão*, UFRN; *Científica, Universidade de Dili*; *Imagens da Educação*, UEM; e *FORGES*; membro de grupos brasileiros de pesquisa em educação (UFPA; UFRGS; UFRJ; IFPA). Orientador de dezenas de mestrandos, doutorandos, doutorandos sanduíche e pós-doutorados portugueses, angolanos, espanhóis e brasileiros. Tem publicados dezenas de livros e de artigos em revistas científicas com revisão de pares. Consultor Externo da ARES – Agência Reguladora do Ensino Superior de Cabo Verde.  
E-mail: b.cabrito@ie.ulisboa.pt

### **Lúisa Cerdeira**

Doutora em Ciências da Educação Universidade de Lisboa; Professora Aposentada Instituto de Educação Univ. Lisboa e Colaboradora do Grupo de Investigação UIDEF. Membro Cooptado do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Lisboa (2024-2027). Membro Conselho de Gestão do IE e Coordenadora Grupo de Missão Internacionalização IE. (2018-2022); Pró-Reitora (2010-2013); Chefe Gabinete Reitor (2010), Administradora Univ Lisboa (2000-2010); Presidente (2011-2018) e Presidente Assembleia Geral FORGES (2018-2021), (2022-2024). Coordenação e Participação projectos de investigação (U-Value (2018-2022); “Estudo sobre os custos e o financiamento do Ensino Superior em Angola” (2016-2017); CESTES 1 (2010-2011) e CESTES2/(2015-2016)”; BRADRAMO (2013-2015); “The impact of different cost-sharing models on effectiveness, efficiency and equity in higher education” 2013); Consultora Externa do Banco Mundial, Estudo de Avaliação do Sistema de Ensino Superior Cabo Verde (2010-2012).  
E-mail: luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt

**Pedro Ribeiro Mucharreira**

Doutor em Educação, pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (2017). Possui Mestrado e Licenciatura na área das ciências económicas e empresariais. Investigador Integrado na UIDEF (Instituto de Educação, Universidade de Lisboa) e Professor Adjunto no ISCE-Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo. Possui publicações em revistas indexadas (*SCOPUS*, *Web of Science*), para além de outros artigos científicos publicados em revistas portuguesas e estrangeiras, bem como capítulos de livros e publicações em atas com arbitragem científica. Investigador em diversos projetos de investigação. Editor, *reviewer* e membro de conselhos editoriais internacionais de diversas revistas científicas. Membro de várias comissões organizadoras e científicas de congressos nacionais e internacionais.  
E-mail: prmucharreira@ie.ulisboa.pt

*Recebido em: 03/05/2024*  
*Aprovado em: 05/07/2024*